



## 1. Informações Gerais

Data: 14.12.2018

Horário: 08h45 às 12h

Local: Plenário do TJAP

### Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

## 2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar os indicadores estratégicos do ano de 2018.

## 3. Pauta

- 3.1. Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 3.2. Selo Justiça em Números;
- 3.3. Acompanhamento do Orçamento TJAP 2018;
- 3.4. Acompanhamento dos Indicadores e Mapa Estratégico;
- 3.5. Agenda 2019;
- 3.6. O que ocorrer.

### Comentários:

Na abertura da RAE, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, destacou a importância da RAE e seus objetivos, segundo os quais dão destaque ao monitoramento dos macro-indicadores estratégicos do Poder Judiciário. Ressaltou o comparecimento dos Diretores, Assessores e dos, Colaboradores do Núcleo de Estatística, e também dos Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos da Justiça do Amapá, bem como a presença do Juiz de Direito MARCIO SCHIFFLER, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Em continuidade, foi concedida a palavra ao Presidente do TJAP, Desembargador CARLOS TORK, que parabenizou o empenho de todos e agradeceu o prestígio do Juiz MARCIO SCHIFFLER, na abertura da reunião. O Desembargador falou do Encontro Nacional do Judiciário onde se tratou das profundas mudanças na sistemática de avaliação de eficiência e desempenho a ser adotado pelo CNJ, e que vai exigir dos Tribunais algumas adequações no Planejamento Estratégico, a partir de 2019. O Selo que antes era de Qualidade de Informação, mudou para um selo que vai medir a Eficiência, com mudança radical no procedimento. O Desembargador lembrou a todos que o Tribunal vinha numa queda de desempenho desde 2016, em razão do processo de virtualização e outros, como a implantação das Secretarias Únicas. Apesar disso, a partir de junho/2018 houve a retomada no processo de ascensão, sendo confirmado no Relatório de Inspeção do CNJ. Com essas observações, o Des. CARLOS TORK concluiu suas palavras de abertura e concedeu a palavra ao Conselheiro do CNJ, Juiz MARCIO SCHIFFLER, que ressaltou a adequação das instalações do TJAP para o desenvolvimento dos serviços e os resultados almejados pela população. O Magistrado destacou que sua presença no Tribunal é apenas de coordenação, uma vez que, sendo Juiz de Direito, está a representar o CNJ no âmbito da Justiça estadual. Hoje todas as políticas importantes para o País passam pelo Poder Judiciário, disse o Juiz. Se o país necessita incrementar sua relação creditícia, o BACENJUD é o instrumento do Judiciário para tal situação; dos presídios; da violência doméstica; a



sistemática da saúde que não funcionam a contento; dentre outras situações, é o Poder Judiciário que tem de dar uma resposta aos interessados. O Juiz MARCIO SCHIFFLER salientou que o Poder Judiciário não define as políticas para o País, mas a faz cumprir. E em cima dessas políticas, o Amapá situa-se estrategicamente para o Brasil, especialmente nesse momento histórico, onde refugiados buscam abrigo no País. O Juiz parabenizou o Presidente do TJAP pela iniciativa da realização da RAE. Feitas as devidas considerações, foi dada a palavra ao Desembargador JOÃO LAGES, Presidente do TJAP para o biênio 2019/2020, que manifestou seu contentamento de, com apoio de todos, à solução de continuidade no processo de avanço da gestão estratégica é uma medida necessária para a Justiça do Amapá. Em seguida, o Dr. JOÃO MATOS, Juiz Auxiliar da Presidência, membro do Comitê de Gestão Estratégica, deu início ao processo de apresentação dos indicadores. Antes ressaltou que a 10ª RAE – 3ª de 2018 – encerra um ciclo e sinaliza um ciclo novo. E fez lembrar que, a partir das resoluções do CNJ, as RAE's, junto de uma metodologia de trabalho, aliado à gestão colaborativa, ocorreu um processo aprendizado e descoberta de alguma eficiência, mas também as ineficiências, que se tornaram verdadeiros desafios e aventuras. O Juiz prosseguiu lembrando da consultoria do Planejamento Estratégico, para 2015/2020, onde, apesar de montados o Comitê de Priorização e o Comitê Orçamentário, não se tinha a cultura de olhar a Justiça por meio dos dados que ela mesma produz. Atualmente, esse modelo tem ajudado a ajudado a enxergar os gargalos e as deficiências, e a mudar certas realidades como as já ocorridas na Vara de Fazenda Pública, nos processos repetitivos, e também nas Conciliações. O Juiz continuou explicando aquela imagem de uma Justiça Conciliadora onde não se tinha resultados. Hoje já se produz um resultado concreto, saindo de 12%, comparado a Tribunais ruins, para 25%, como uma das Justiças estaduais mais eficazes, com melhor resultado de conciliação no País.

**Item 3.1 da pauta: Aprovação da Ata da Reunião anterior:**

Após os comentários iniciais, passou-se para a aprovação do texto da Ata da 2ª RAE (9ª de 2018), e coleta das assinaturas.

**Item 3.2 da pauta: Selo Justiça em Números:**

Na sequência, o Dr. JOÃO MATOS mostrou o panorama do Selo Justiça em Números, segundo o qual, inicialmente, tinha por objetivo medir informação, através do mapeamento da informação – coleta ágil. Uma vez organizado o Tribunal podia prestar informações. Inicialmente o Selo pontuava bem aquele Tribunal que prestava informações. Com o passar do tempo, os Tribunais mais sérios passaram a ter uma atenção especial pelo Selo, sobretudo em virtude do grau da sua eficiência que o CNJ passou a valorar o Selo a ser contemplado. Já não bastava só fornecer informação, tinha que ter um IPC-JUS bom; um NUGEP eficiente; um plano Sócio-ambiental eficiente; distribuição de força de trabalho equalizada. Com o passar dos anos, o CNJ foi subindo os níveis, atribuindo à eficiência na Gestão onde não existia como peso para o Selo. Os índices de exigência foram aumentando. A maneira de avaliação ficou mais rigorosa e criteriosa. O Magistrado informou que o CNJ já alertou que o Selo vai se tornar ainda mais avaliador da eficiência. Feito tal esclarecimento, o Juiz JOÃO MATOS explicou como ocorre o processo que o TJAP percorre para a obtenção do Selo, qual seja a partir dos requisitos avaliativos orientados pela Portaria 18/2018 do CNJ, dentre outros: cumprir com o disposto do art. 3º da Resolução 78-CNJ; extrair a movimentação analítica processual com base no Modelo Nacional da Inter-operacionalidade; ter implantado e manter em funcionamento o Núcleo de Estatística do TJAP; ter implantado e em funcionamento do Comitê Gestor de Priorização; disponibilizados no Sítio Eletrônico os documentos relacionados aos arts. 4º e 9º da Resolução 195 do CNJ; ter enviado ao CNJ os dados estatísticos previstos na Resolução 201/2015-CNJ; ter enviado ao CNJ, dados estatísticos previstos na Resolução 201/2015, sobre a criação de Unidades ou Núcleos Socioambientais; IPC-JUS Índice de Produtividade Comparada da Justiça), e outros mais. O Magistrado enfatizou que o Selo mede a eficiência em certo grau, mas não é o mais importante. O mais importante é produzir Justiça justa, rápida, com segurança e, se possível, barata. O Selo é consequência dessa eficiência. Em resumo, a Justiça do Amapá não alcançou a pontuação mínima – 431 pontos, ou seja, 70% necessários para o índice do Selo Ouro. Na avaliação, o TJAP pontuou 358,27, correspondente 56%, ficando com o selo Prata. A Justiça amapaense recorreu do resultado para retornar ao Selo Ouro, em virtude de equívocos ocorridos pela mudança em



questionários alterados pelo CNJ. Perguntado pelo Desembargador JOÃO LAGES sobre o TJAP atingir os Selos Ouro ou Diamante em 2019, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA explicou que a cada ano o grau de complexidade exigido pelo CNJ só vem aumentando, e não se sabe quais critérios serão adotados para os respectivos selos, pois somente em maio de 2019, quando a Portaria/CNJ for emitida é que se saberá os critérios de avaliação para a obtenção dos selos. A respeito do modelo avaliação adotado pelo Conselho Nacional de Justiça, que estabelece o mesmo peso para todos os Tribunais, especialmente os menores, o Juiz PAULO MADEIRA salientou no sentido de levar para discussão no Colégio de Presidentes, que a avaliação do CNJ ocorra de acordo com as peculiaridades de cada região, em vista às realidades locais. "Não se pode seguir as regras do CNJ de forma passiva, é preciso também levar nossos argumentos para análise", disse o Magistrado. A esse respeito, o Juiz JOÃO MATOS informou que, desde 2014 as metas são produzidas pelos Tribunais. A partir de um espaço concedido pelo CNJ, por ocasião das reuniões locais do Comitê, os representantes de demandas devem apresentar propostas que possam ser analisados no Comitê Nacional e posterior ao CNJ para votação e definição das metas de cada ano, visto tratar-se de um evento participativo e colaborativo. Outro aspecto de avaliação do CNJ é quanto ao Porte de cada Tribunal. O Dr. JOÃO MATOS explicou que o peso de avaliação pelo Conselho Nacional de Justiça acontece dentro de três classificações: Tribunais de Pequeno, Médio e Grande Porte. O Amapá é classificado como Tribunal de Pequeno Porte. Aproveitando para esclarecer sobre as mudanças que vão ocorrer em 2019, o Desembargador CARLOS TORK adiantou, dentre outras, que uma mudança radical a acontecer será quanto ao desempenho, antes medido apenas o número de processos julgados, a partir de então serão considerados os processos conciliados, com meta específica para Conciliação que vai subir 2% para cada Tribunal. Tribunal que tem 5% de conciliação vai subir para 7%. Se o TJAP cumpre 25%, terá que cumprir para 27%, ou se tem 16%, terá que cumprir para 18%, com 100% de cumprimento da meta. Com essa mudança, os Tribunais vão começar a competir entre si. Nesse caso, os Tribunais irão competir igualmente não havendo distinção entre Tribunal Pequeno, Médio e de Grande Porte. A outra novidade anunciada pelo Presidente no TJAP é que os conciliadores serão remunerados. Será uma força auxiliar que vai cuidar da conciliação. Os conciliadores serão pagos com recursos do Fundo. Com essa medida, o Desembargador afirmou crescimento considerado e vai contribuir com o nível de eficiência e com um custo baixo. O Desembargador sinalizou que a Resolução 219 não vai mais valer 20 pontos e sim 100 pontos. Ele mencionou as deficiências do Judiciário estadual: excesso de servidores no 2º Grau lotados nos gabinetes. Com os 100%, a decisão de equalizar vertical e horizontalmente será uma necessidade, visto haverá competição paralela com outros Tribunais. Estamos entre os 5 Tribunais que mais evoluíram mas pode melhorar, disse o Presidente.

### Item 3.3 da pauta: Acompanhamento do Orçamento do TJAP 2018:

Ao falar sobre o Orçamento do Tribunal, o Desembargador CARLOS TORK, chamou atenção ao orçamento/2019, e explicou que a experiência do TJAP tem mostrado ser mais eficiente para o orçamento, para a execução orçamentária e para a disponibilidade financeira, fechar na LDO. A sistemática anterior mostrava que o orçamento fechava na LOA, e isso levava o Tribunal ficar com o pires na mão em busca de recurso. Com a criação do Comitê Gestor Fiscal ficou decidido que orçamento seria definido na LDO. A partir dessa decisão, desde 2017 a AL vem confirmando o orçamento dos Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias. "Nós do Tribunal já devemos que ter em foco os valores que deverão ser usados no Orçamento de 2020. O País está num processo de ajuste fiscal. Não sabemos quais medidas o Comitê Gestor vai tomar, mas devemos nos prevenir", salientou o Presidente. No prosseguimento, o Juiz JOÃO MATOS apresentou os indicadores do Orçamento: da dotação R\$ 253.245.294,00, destinado para despesas com Pessoal e Encargos, 92,11%, executado até novembro, ou seja, R\$ 233.258.638,00. Despesas com Custeio – Dotação: R\$ 63.456.285,00 – Executado até novembro: R\$ 52.061.493,00 (82,04%). Despesas com Investimentos – Dotação: R\$ 5.724.272,00 – Executado até novembro: R\$ 1.481.153,00 (25,87%). Em seguida passou a palavra para o Diretor Geral, GLÁUCIO BEZERRA. A respeito desses valores, ele esclareceu que os números apresentados podem indicar uma situação diferente do quadro orçamentário real do dia a dia, visto que os valores redondos mostrados são os liquidados. Existindo, portanto, diferença entre valores empenhados e valores liquidados. Muitas despesas estão empenhadas, mas não liquidadas. Algumas irão migrar para restos a pagar para



continuar sua execução em 2019. Os números consolidados estão observando a Folha de novembro. Na ocasião, o Juiz PAULO MADEIRA quis saber da projeção do que vai para restos a pagar. O Diretor Geral informou existe um modelo de indicadores que é possível medir, diariamente, qual é a tendência do exercício, se é de déficit ou superávit. Havendo déficit surgem os cortes. Em caso de superávit, pode-se pensar nos projetos que constam no orçamento. O Des. Interveio informando que não haverá déficit e, se houver superávit vai ser muito pouco. Mas é importante não fazer despesa sem previsão e sem disponibilidade.

**Item 3.4 da pauta: Acompanhamento dos Indicadores e Mapa Estratégico:**

O Juiz JOÃO MATOS prosseguiu informando sobre os Indicadores dos Projetos Estratégicos. Na ocasião, fez lembrar que o Gerente de Projeto, ao mesmo tempo que tem que dar conta de seus afazeres na Secretaria, gerenciar os Projetos e, segundo mostram os índices, essa não é uma lática muito boa. O ideal que o Gerente, ainda que não esteja afastado de suas funções, seja bonificado pela atuação como gerente de projetos. Tal qual a conciliação, é necessário viabilizar essa possibilidade de dar o tratamento devido pela atribuição de cada gerente. Em seguida, explicou que os indicadores estão identificados nas cores: Verde, Amarelo e Vermelho. Depois apresentou cada Projeto Estratégico, a saber: Valorização e Reconhecimento, onde faz, parte Teletrabalho / Melhor + / Valorização das Pessoas; Modernização (Estrutura); Simplificação; Capacitação e Gestão de Recursos; Relacionamento; Transparência; Integração do Sistema de Justiça e Integração. O Magistrado esclareceu que os projetos estratégicos precisam estar afinados ao Planejamento Estratégico Nacional e às políticas do CNJ para a obtenção do Selo. Em relação aos macro desafios, o Desembargador CARLOS TORK falou da importância dos projetos estratégicos estarem identificados com os três macro desafios definidas pelo CNJ: Transferência; Responsabilidade e Sustentabilidade, que são os princípios filosóficos a nortear o planejamento estratégico dos Tribunais ao CNJ. Dentro desses princípios, o Desembargador afirmou que, se continuar diretor da EJAP, a Escola vai ter que se inserir nesse processo para que Magistrados e Servidores sejam preparados, capacitados e qualificar para essa realidade. É pelo que o CNJ diz que os Tribunais serão medidos e qualificados. É necessário que haja uma adequação de nossa parte, ainda que seja parcial", reforçou o Des. CARLOS TORK. O Juiz JOÃO MATOS prosseguiu na apresentação dos Indicadores dos Objetivos Estratégicos. O OBJETIVO ESTRATÉGICO VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO possui três Projetos Estratégicos: Teletrabalho; Melhor +; Valorização de Pessoas. Na RAE anterior houve votação para mudança em dois índices: Índice de Qualidade de Vida no Trabalho passou para Índice de Mapeamento de Competência / Índice de Lideranças Capacitadas nas Competências Estratégicas passou para Índice de Lideranças Capacitadas. No gráfico apresentado, nos anos de 2017 não houve aferição no Índice Qualidade de Vida no Trabalho. Com a mudança de nomenclatura para Mapeamento de Competência, no mês de novembro/2018 resultado foi 69%, quando a meta proposta foi 85%. O Juiz salientou que não basta apenas a preocupação do DEGESP de capacitar servidores, a Escola Judicial precisa também ter esse foco. No Índice Clima Organizacional, em virtude da pesquisa ser dispendiosa, ainda não foi realizada e portanto não se tem resultado. OBJETIVO MODERNIZAÇÃO, composto pelos Projetos: Virtualização e Modernização de TI – Índice de Aderências as metas do PETIC (Nov/2018 – meta 70%; resultado 66%); Tempo Médio do processo administrativo – dias (Nov/2018 – meta 83,2; resultado 213). Em reuniões anteriores foi decidido tempo médio para arquivamento de 180 dias. O consenso considerou razoável para 120 para processo administrativos; Índice de Agilidade na Tramitação da Aquisição de Bens e Serviços. Com a reestruturação do Departamento responsável a melhora foi acentuada. (Nov/2018 – meta 70%; resultado 72,2). OBJETIVO SIMPLIFICAÇÃO – Projetos Estratégicos: Simplificação e Tucujuris 2.0 – Índice de Virtualização de Processos Novos. (Nov/2018 – meta 75%; resultado 94,5%). A finalidade é, com orçamento disponível, entregar em menor tempo o nosso produto. Isso passa por simplificar os casos novos; simplificar a relação entrada/julgamento; simplificar também os processos de trabalho interno; Tempo Médio do Processo Judicial – dias (Nov/2018 – meta 368; resultado 593,8); Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento (Nov/2018 – meta 43%; resultado 45,4%); Taxa de Conhecimento na Fase de Execução (Nov/2018 – meta 55%; resultado 46,4%); Índice de Varas Criminais com Sistema de Audiências por



Videoconferência Nov/2018 – meta 30%; resultado 27,3%); Índice de Audiências Criminais Realizadas por Videoconferência (Nov/2018 – meta 40%; resultado 13%). A respeito da Videoconferência, o Desembargador CARLOS TORK mencionou que, no mês de outubro, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro HUMBERTO MARTINS, através de portaria, determinou 100% das Unidades com videoconferência. É um dado que a futura Gestão vai ter que trabalhar, disse o Desembargador. O Juiz JOÃO MATOS aliviou a questão ao informar que o Planejamento Estratégico da Justiça do Amapá está alinhada ao que pensa a Justiça no cenário nacional. Para ajustar a intenção, o CNJ baixou a Portaria em razão de uma aplicação de 2015 de videoconferência, contudo o software não funciona. Nessa carência, o TJAP instalou Varas de Videoconferência com a eficiência merecida, onde se guarda a mídia com segurança. Com a portaria, o Ministro HUMBERTO MARTINS deseja falar com todo e qualquer magistrados em qualquer grau de jurisdição. Diante do que pede, o Corregedor Nacional, o Desembargador CARLOS TORK sugeriu adequar a meta para 100%. Para tanto, o Desembargador informou que o orçamentária/2019 contempla recurso para implementar 70% e fechar o planejamento 2020 em 100%, atingindo a meta pretendida pelo CNJ. Em resumo, o Juiz JOÃO MATOS explicou que o sistema de videoconferência foi tratado entre os Tribunais, como meta, mas não se efetivou como meta, contudo existe a possibilidade de voltar para se tornar meta, e pode ser em 2019. A reunião prosseguiu com apresentação dos índices. OBJETIVO ESTRATÉGICO CAPACITAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS – Projetos Estratégicos: Agenda Estratégica; Arrecadar Melhor (Custas Judiciárias/Hemolumentos); Planos de Obra e Justiça Sem Fronteiras. Em relação aos índices, a situação se mostra assim: – Índice de Execução Orçamentária (Nov/2018 – meta 99%; resultado 87,8%); Índice de Eficiência Operacional (Nov/2018 – meta 2.516; resultado 3.343); Índice Incremento no Investimento (Nov/2018 – meta R\$ 5.803.424,00; resultado R\$ 1.497.928,00); Índice de Execução do Plano Orçamentário – (Nov/2018 – meta 70%; resultado 33%). OBJETIVO ESTRATÉGICO TRANSPARÊNCIA – Projetos Estratégicos: Gestão Em Foco e Ouvir o Cidadão - Índice de Transparência (Nov/2018 – meta 85%; resultado 100%). OBJETIVO ESTRATÉGICO RELACIONAMENTO – Projeto Estratégico Atendimento Nota Dez – Índice de Qualidade no Atendimento (Nov/2018 – meta 85%; resultado 00%); Índice de Satisfação do Cidadão (Nov/2018 – meta 85%; resultado 00%), os índices aparecem sem resultado devido a não realização das pesquisas. OBJETIVO ESTRATÉGICO INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA – Projeto Estratégico Sistema de Justiça – Índice (Nov/2018 – meta 85%; resultado 72%). OBJETIVO ESTRATÉGICO CIDADANIA – Projetos Estratégicos Justiça na Comunidade / Conciliação – Índice de Conciliação Processual – (Nov/2018 – meta 24%; resultado 16,2%); Índice de Conciliação Pré-Processual – (Nov/2018 - meta 85%; resultado 52,6%); Índice de Efetividade do Esforço da Conciliação – (Nov/2018 – meta 29%; resultado 37,4%); Índice de Audiências de Conciliação não Realizadas – (Nov/2018 – meta 40%; resultado 40%); Índice do Esforço da Conciliação – (Nov/2018 – meta 96%; resultado 80%).

**Item 3.5 da pauta: Agenda 2019:**

A agenda das RAE's para 2019 ficou definida para os seguintes meses: XI RAE – 10 de maio; XII RAE – 06 de setembro; XIII RAE – 13 de dezembro.

**Item 3.6 da pauta: O que ocorrer:**

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.



RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargadora Carlos Tork – Presidente		
Desembargador Agostinho Silvério Junior		
Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro		
Desembargador Carmo Antonio		
Desembargadora Sueli Pini		
Desembargador Manoel Brito		
Desembargador João Lages		
Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência		
Gláucio Maciel Bezerra – Diretor Geral		
Rosywan Cantuária – Núcleo de Gestão Estratégica		
Gestores de Projetos	Data	Assinatura
Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito		
Alaíde Maria de Paula – Juíza de Direito		
José Luciano de Assis – Juiz de Direito		
Joenilda Lobato Silva Lenzi – Juíza de Direito		
Priscylla Peixoto Mendes – Juíza de Direito		
Clebson Wilson Espíndola do Nascimento		
Bernadeth Farias Corrêa		
Adelson Armando Marques Anderson		
Gerentes de Projetos	Data	Assinatura
Diego França da Silva		
Maria de Jesus Santos Oliveira		
Walmir Bezerra de Mesquita		
Isaac Emanuel Silva Pereira		
Alan Davis Freire de Souza		
Lidiane Fonseca Soares		
Josemir Mendes de Souza Junior		
Lucinéia da Silva Costa		
Luiz Henrique Paranhos Barbosa		
Marcelo Victor Miranda		
Shirley Neves Kasahara		
Clebson Wilson Espíndola do Nascimento		
Oberdan Serrão de Almeida		
Aloisio Miranda Menescal		
Pedro Correia da Silva Junior		
Nilda Maria Gonçalves Neves		
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Job Duarte Moraes		



Augusto César Alberto Neri		
Renato Ribeiro dos Santos		
Edson Fernandes de Carvalho		
<b>Núcleo de Estatística</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Joudson Medeiros de Oliveira		
Adriana Moraes de Carvalho		
Teófilo Emílio Soeiro dos Santos		
Carlson Uchoa		

RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES



10ª Reunião de Análise Estratégica - 3º RAE / 2018 - PEI 2015-2020

Dia: 14/12/2018 Horário início: 09h/Previsão término: 12h

Lista de frequência

Nº	Nome	Assinatura
1	DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO TORK	
2	DESEMBARGADOR GILBERTO DE PAULA PINHEIRO	
3	DESEMBARGADORA SUELI PINI	
4	DESEMBARGADOR MANOEL BRITO	
5	DESEMBARGADOR JOÃO LAGES	
6	DESEMBARGADOR CARMO ANTONIO DE SOUZA	
	CONSELHEIRO CNJ <b>MARCIO CHELLA POMBES</b>	
7	JUIZ JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR	
8	JUIZ ALAÍDE MARIA DE PAULA	
9	JUIZ JOSÉ LUCIANO DE ASSIS	
10	JUÍZA JOENILDA LOBATO SILVA LENZI	
11	JUÍZA PRISCYLLA PEIXOTO MENDES	
12	JUIZ ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO	
13	GLÁUCIO MACIEL BEZERRA (DG)	
14	ROSYWAN CANTUARIA DA S. FERREIRA	
15	MARIA DE JESUS DOS SANTOS OLIVEIRA	
16	JOB DUARTE MORAIS	
17	AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERI	
18	RENATO RIBEIRO DOS SANTOS	
19	EDSON FERNANDES DE CARVALHO	
20	JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA	
21	ADRIANA MORAES DE CARVALHO	
22	TEÓFILO EMÍLIO SOEIRO DOS SANTOS	
23	CARLSON UCHOA	
24	DIEGO FRANÇA DA SILVA	
25	WALMIR BEZERRA DE MESQUITA	
26	ISAAC EMANOEL SILVA PEREIRA	
27	ALAN DAVIS FREIRE DE SOUZA	
28	LIDIANE FONSECA SOARES	
29	JOSEMIR MENDES DE SOUSA JUNIOR	
30	LUCINÉIA DA SILVA COSTA	
31	LUIZ HENRIQUE PARANHOS BARBOSA	
32	MARCELO VICTOR MIRANDA	
33	SHIRLEY NEVES KASAHARA	
34	CLEBSON WILSON ESPÍNDOLA DO NASCIMENTO	
35	OBERDAN SERRÃO DE ALMEIDA	
36	ALOISIO MIRANDA MENESCAL	
37	PEDRO CORREIA DA SILVA JUNIOR	

38	ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON	<i>a</i>
39	NILDA MARIA GONÇALVES NEVES	
40	BERNADETH FARIAS CÔRREA	<i>[Signature]</i>



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Assessoria de Planejamento de Organização

Dia: 14/12/2018

Horário início: 09h/Previsão término: 12h

Lista de frequência

Nº	Nome	Assinatura
41	SUBIVANO MONTANO	<i>[Signature]</i>
42	Henato Ribeiro da Costa	<i>[Signature]</i>
43	Raphael Seabra Barros	<i>[Signature]</i>
44	Angela Leão Alves Valadão	<i>[Signature]</i>
45	Regina da Silva Jesus	<i>[Signature]</i>
46	MURTO ANTÔNIO C.S. CRAVEIRO	<i>[Signature]</i>
47	Lana Karina Pinon Nery	<i>[Signature]</i>
48	Katia Milena Salomão de Paiva	<i>[Signature]</i>
49	Gean Romão de Souza	<i>[Signature]</i>
50	ELVIS MURILLO LUI DE A RVEDO	<i>[Signature]</i>
51	Gledson Pereira Costa	<i>[Signature]</i>
52	ALESSANDRO RICHONEY DOS DE SOUZA	<i>[Signature]</i>
53	RAIMUNDO ÁTILA ANDRADE GUERRA	<i>[Signature]</i>
54	ANNE CRYSTIANE DA SILVA MARQUES	<i>[Signature]</i>
55	GILCICLEIA LALFE ANDRADE	<i>[Signature]</i>
56	VERÍSIANO HERBERTA COLARES	<i>[Signature]</i>
57	Paulo César do Vale Matos	<i>[Signature]</i>
58	Priscilla Valdivino Uelo	<i>[Signature]</i>
59	Rommel Araújo de Oliveira	<i>[Signature]</i>
60	NEY ARNALDO PARENTE	<i>[Signature]</i>